

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente e de antemão agradecer a substituição com o deputado Renato Hinnig.

Primeiramente, quero fazer menção a uma matéria muito positiva, que gostaria de destacar, publicada no *Diário Catarinense*, no dia de hoje, pelo colunista Moacir Pereira, que tem acompanhado as grandes lutas da educação, posicionando-se de forma bastante favorável.

Essa matéria diz respeito ao governo ser obrigado a repassar o Fundeb, porque em 14 de junho de 2011, no meio da greve do Magistério

catarinense, já fazíamos o debate sobre a base de cálculo do Fundeb, que não incidia ao repasse dos demais Poderes.

Foi muito polêmico modificar, naquela data, a base de cálculo, para que primeiro pudéssemos então garantir o percentual ao Fundeb, depois fazer o repasse aos demais Poderes, e a partir daí aumentar o incremento dos recursos da educação. Na ocasião também fizemos um debate sobre os fundos criados pelo governo do estado que retiravam recursos da educação.

E hoje essa matéria fala exatamente disso. Em uma liminar do Tribunal de Justiça, a juíza Rosane Portella Wolff confirmou uma sentença já proferida pelo juiz Hélio do Valle Pereira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, determinando que o governo imediatamente repasse 20% dos recursos de todos os fundos ao Fundeb. Com isso, teríamos R\$ 10 milhões a mais por mês, totalizando em torno de R\$ 50 milhões a mais para os municípios e o estado.

Então, é uma grande conquista do Magistério catarinense, na tese de que havia formas para retirar recursos da educação. Recomendo que todos façam essa leitura.

Com certeza o Magistério catarinense comemora essa decisão, e, embora seja uma liminar ainda, desejo muito que em segunda instância não seja suspensa.

Bem, também quero fazer menção ao aniversário da minha cidade, Chapecó, que no próximo dia 25 completa 96 anos. Chapecó, considerada a capital brasileira da agroindústria, possui 183.530 habitantes, sendo, portanto, a sexta mais populosa cidade do estado. Tem indicadores bastante positivos. Sendo o 39º maior IDH municipal do Brasil e o 14º de Santa Catarina.

Chapecó foi fundada em 25 de agosto de 1917 e tem como base a agroindústria, que acabou desenvolvendo toda uma cadeia produtiva e vocacionando o município. Essa agroindústria trabalha principalmente com aves e suínos. E aliado a isso todo o setor industrial,

metalmecânico, serviços, educacional e agrícola também se estruturou.

Na educação, já temos em Chapecó 10% da população universitária. São 22 instituições de ensino superior, seja de forma presencial ou à distância, nos 290 cursos oferecidos no município, totalizando 19.355 alunos. Existem universidades importantes como a Udesc, Unoesc, Unochapecó e a UFFS.

Também o futebol está em destaque. O querido furacão do oeste, como é conhecida a Chapecoense, tetracampeã catarinense, hoje na série B e com certeza, logo na série A, disputa com grandes times brasileiros.

Chapecó também é destaque na realização de feiras especializadas ou multissetoriais. O parque de exposições Tancredo de Almeida Neves é reconhecido como um dos melhores do sul do país e o maior do sul de Santa Catarina. Destaco também a Efapi, a Mercoagro e a Mercomóveis. Neste ano, em outubro, ocorrerá mais uma edição da Efapi.

Com relação a aeroportos, temos o aeroporto municipal Serafin Enoss Bertaso que recebe cerca de 30 mil passageiros por mês. Há quatro empresas aéreas operando diariamente para vários lugares do país.

Na área hoteleira a infraestrutura de Chapecó inclui ainda um setor hoteleiro, com 33 empreendimentos, com mais de 2.500 leitos, dois hospitais regionais, duas emissoras de televisão, quatro de rádio FM e duas de AM, três jornais diários locais, vários semanais, revistas e muitos outros itens que caracterizam a responsabilidade regional de Chapecó.

Como nem tudo são flores e sempre sou muito crítica nas minhas leituras, também temos grandes desafios em nosso município. Primeiro, consolidar essa cidade como uma região universitária. Com esse conjunto de 22 cidades, com quase 20 mil estudantes vindo de todos os lugares deste país, deste estado, nós logo, logo seremos conhecidos como uma grande região universitária. Precisamos consolidar na área da pesquisa, da extensão, no mestrado, no doutorado e graduação.

Também temos que resolver grandes problemas de infraestrutura: trânsito no centro da cidade, acessos, a construção do contorno oeste para tirar o trânsito pesado do centro da cidade e fazer a ligação do Rio Grande do Sul com as demais regiões do nosso país. Também superar o índice de acidentes com mortes no trânsito, que são de quatro por mês, na cidade de Chapecó.

Chapecó também tem um indicador bastante ruim, porque é a 5ª cidade do estado com maior número de homicídios por ano, em torno de 25 mortes. Perdemos apenas para Florianópolis, Joinville, Itajaí e São José. Mas isso tem uma ligação muito forte com a ausência de policiais também.

Em 1986, com uma população de 90 mil habitantes, Chapecó contava com 476 policiais. Vinte e seis anos depois, portanto, 2012, Chapecó conta com aproximadamente 190 mil habitantes e apenas com a metade de policiais, 240.

Então, à medida que o município cresce em população, diminui a quantidade de policiais. É claro que isso reflete, efetivamente, deputado, na garantia ou não da nossa segurança pública.

Por diversas vezes tenho questionado por que Chapecó não está uma maravilha em termos de segurança, ao contrário do que as propagandas dizem. Inclusive, esta semana tivemos mais um grave crime sendo cometido com um militante da esquerda, o segundo. Também tivemos a perda de dois homossexuais.

Eu fico muito triste, porque nasci nessa cidade, moro nessa cidade e acredito que todos têm direito à cidade, a viver bem, com dignidade e com respeito.

Também, temos 26 unidades de saúde, sendo que cada equipe médica atende a 4,8 mil habitantes, quando o ideal é 3,5. A média de consultas por habitantes são duas, mas o ideal é 2,34. Nós ainda temos sete mil famílias sem moradia, porém, mil casas serão construídas, hoje, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. E 70 famílias vivem em áreas irregulares.

Para concluir, quero dizer que apesar de todos os indicadores positivos dos quais alguns

negativos, temos um povo formado por caboclos, italianos, alemães, poloneses, praticamente todas as raças, que trabalha e luta contra as injustiças.

Então, nesses 96 anos, quero desejar a todos os chapecoenses parabéns e dizer que a luta continua.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a o sr. deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, trago mais uma vez um assunto importante para a região da grande Florianópolis, que é a questão da efetivação da região metropolitana na região da grande Florianópolis, já que a Assembleia Legislativa criou por lei as regiões metropolitanas no estado de Santa Catarina, mas até o presente momento nenhuma foi efetivamente instituída em nosso estado.

Em razão disso, tomei a iniciativa, na data de ontem, de protocolar a Indicação n. 0517/2013, solicitando ao governador Raimundo Colombo que envie projeto de lei para esta Casa, visando implementar o Fundo Metropolitano da Região da Grande Florianópolis e, também, algumas adequações necessárias à lei das regiões metropolitanas vigente atualmente.

Essa solicitação se faz necessária e essa medida cada vez mais urgente, porque temos problemas com a mobilidade urbana, e o próprio governo do estado tem promovido ações para buscar a solução, sendo que tivemos a oportunidade ontem de conhecer um dos projetos que estão concorrendo na PMI, lançado pelo governo do estado.

Foram entregues dois projetos, no último dia 19, à SC Parcerias, que está articulando e conduzindo esse processo. Isso nos remete à necessidade de termos de forma institucional, já implementada, a região metropolitana da grande Florianópolis, pois recursos específicos do governo federal somente poderão ser acessados se

tivermos essa institucionalização jurídica implementada e em pleno funcionamento. E os R\$ 50 bilhões que o governo federal anuncia que tem para ser aplicados em mobilidade urbana, só poderão ser acessados se tiver essa formalização jurídica da região metropolitana.

Portanto, faço um apelo ao governador e aos deputados da base para que nos ajude a construir o envio dessa matéria o mais urgente possível para esta Casa, para que Santa Catarina não seja mais uma vez preterida na destinação de recursos para resolver este que é um dos graves problemas que aflige o dia a dia das pessoas, principalmente da região da Grande Florianópolis.

Na mesma forma, nesta mesma linha de raciocínio, como secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis bati muito na tecla, junto aos prefeitos aqui da região, dos 13 municípios da região da Grande Florianópolis, para que criassem consórcios intermunicipais no sentido de ter mais um instrumento jurídico para resolver problemas comuns dos municípios daqui, da região, já que nós vivemos em uma região conturbada e problemas comuns como saneamento básico, quando mexidos num determinado município, seja Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Governador Celso Ramos ou qualquer outro, afetam diretamente os demais municípios. Assim também é essa questão da mobilidade urbana.

O projeto que foi apresentado não diz respeito à solução apenas para o município de Florianópolis, mas envolverá os 13 municípios da região e afetará diretamente os problemas dos municípios mais próximos, que já estão intimamente ligados, não se sabendo mais exatamente onde é a divisa de um e de outro, que são os municípios de Biguaçu, Palhoça, São José, Florianópolis.

Precisamos fazer com que os prefeitos municipais da nossa região comecem efetivamente a ter esse olhar regional para resolver os problemas comuns. Não podemos mais adotar aquele procedimento padrão de que o prefeito deve cuidar apenas da jurisdição do seu município. Isso já não é mais para a região da Grande Florianópolis,

porque os problemas comuns precisam, sim, de articulação efetiva e de ações conjuntas por parte dos prefeitos municipais, das Câmaras de Vereadores, para em conjunto com o estado buscar as soluções.

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, no último mês de fevereiro deste ano, numa ação direta de inconstitucionalidade interposta pelo estado do Rio de Janeiro, numa ação que diz respeito ao saneamento básico, decidiu que problemas de caráter metropolitano dizem respeito aos municípios, mas também com a participação do estado, de forma que hoje não existe qualquer dúvida que não cabe mais apenas aos municípios a solução de problemas comuns, nem à região. Tem que ter a efetiva participação do estado.

Nessas articulações todas que fizemos enquanto secretário de Desenvolvimento Regional, tínhamos a argumentação em um determinado momento, por parte do governo, de que estava aguardando a publicação do acórdão dessa ação direta de inconstitucionalidade, por parte do Supremo Tribunal Federal.

Agora, tendo em vista essa demora e a urgência de buscarmos soluções para a mobilidade urbana e tendo em vista que já foram entregues os projetos que visam buscar a implementação de uma solução para a implantação de um transporte coletivo de massa, interligado com o transporte marítimo, estamos felizes, porque finalmente pelo menos existe um projeto adequado para buscarmos a solução.

Não conhecemos ainda o outro projeto, embora o deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, informava, hoje pela manhã, que já oficiou também à outra empresa que entregou o projeto para que ela tenha a oportunidade também de vir mostrar aos srs. parlamentares e à sociedade catarinense o projeto que entregou, para que se possa fazer uma avaliação isenta e poder opinar sobre a melhor alternativa da implantação de um transporte coletivo de massa na região da Grande

Florianópolis, interligado com o transporte marítimo, para dessa forma iniciar mais uma ação no sentido de resolver ou de buscar aos poucos uma solução para o grave problema da mobilidade urbana na nossa capital.

Essa não é a única solução. Também temos que cobrar insistentemente a implantação do anel viário de contorno da BR-101, que está previsto no contrato de concessão da empresa que foi autorizada a explorar, através de pedágio, a rodovia BR-101, e cobrar o início imediato dessas obras, porque essa obra vai ser importante no sentido de, nesse conjunto, buscarmos soluções para a mobilidade urbana da Grande Florianópolis.

Muito obrigado, sr. presidente, Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, também os que estão presentes, nesta tarde de quarta-feira, nesta Casa, quero fazer referência à expectativa dos servidores da Segurança Pública, com relação à negociação salarial que está em curso há alguns meses, entre as entidades representativas dos trabalhadores com as esferas de comando das instituições de segurança pública e o governo do estado.

Desde o início dessas conversas, há alguns meses, as propostas em mesa já mudaram algumas vezes. Pela minha avaliação, pela pressão dos delegados, dos oficiais de Polícia e de Bombeiros, aceitaram mudar a modalidade de remuneração dos servidores da Segurança Pública para a mobilidade de subsídio. É evidente que isso traz mudanças bruscas na legislação salarial e na legislação em geral com relação aos direitos dos servidores da segurança pública.

Os subsídios que até para alguns segmentos têm números muito atrativos em termos de salários

retira direitos importantíssimos, fundamentais mesmo do conjunto dos trabalhadores. Um dos mais importantes é a jornada de trabalho que já temos definida em lei desde 1995 em Santa Catarina, que é de 40 horas semanais, pois o subsídio não acolhe pagamento de horas extras. Então, o governo está apresentando o banco de horas como substitutivo a essa lei da jornada de 1995.

Então, existe toda uma tensão, toda uma expectativa dos servidores da Segurança Pública. E também estamos acompanhando a partir da relação principalmente com a nossa associação, a Aprasc, esse debate - e o nosso mandato estará integralmente à disposição -, somando-nos à posição da maioria dos servidores.

As propostas serão analisadas nas diretorias e em assembleias, também da minha categoria inclusive, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Por certo estarei presente, e o nosso mandato se posicionará conforme for o sentimento da maioria dos companheiros que compõem essa que é a maior categoria dos servidores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Queria fazer referência também à audiência pública que foi realizada na manhã de hoje por iniciativa da deputada Angela Albino, da comissão de Legislação Participativa, para discutir a Casan, os serviços de água e saneamento básico no estado de Santa Catarina. Foi uma audiência que ganhou um contorno, uma presença e um interesse maior também pelas notícias das últimas semanas de corrupção no processo de municipalização e privatização da água na cidade de Palhoça.

Evidentemente que os trabalhadores da Casan, defendendo o interesse público, o interesse da empresa e o seu próprio interesse como categoria profissional, têm a posição de se colocar contrários à municipalização e à privatização da Casan. E especialmente estão nesse momento dizendo que este Poder Legislativo não pode abrir mão, renunciar da sua obrigação constitucional de investigar, de querer saber o que tem acontecido nos processos de transferência do serviço de água e esgoto para os municípios, processo que em

alguns casos, isso já de forma comprovada, é feito mediante mecanismos espúrios de corrupção, de depredação, de degradação do patrimônio público e dos serviços em geral.

Em nome e num discurso de que vai melhorar o sistema, que vão fazer rede de esgoto - porque a Casan nunca fez, então nós vamos fazer -, há muitos municípios que estão há dez anos ou mais com a água e esgoto privatizados e não se tem notícia de qualquer serviço a mais no tratamento de esgoto.

Por último, não poderia deixar de fazer referência à reunião da comissão de Saúde realizada na manhã de hoje neste Poder, neste caso na Sala de Imprensa, reunião essa que foi marcada com o objetivo de ouvir os vereadores da cidade de Araranguá a respeito do processo de privatização na saúde. Temos visto que a privatização tem ganhado a crônica jornalística, inclusive porque também tem sido muito comum a corrupção andar abraçada com o processo de privatização.

No caso de Araranguá, houve a participação da maioria dos vereadores daquele município. Nós tivemos o quórum da Câmara Municipal de Araranguá na manhã de hoje aqui na Assembleia, na comissão de Saúde. A maioria dos vereadores estava, e vereadores de todos os partidos políticos. Quero frisar e fazer referência a todas as bancadas deste Poder que vereadores de todos os partidos políticos do estado estiveram aqui na Assembleia, na comissão de Saúde, para dizer a mesma coisa: a transferência do Hospital Regional de Araranguá para as organizações sociais - porque em pouco tempo já é a segunda vez que administra o Hospital de Araranguá - tem trazido prejuízo, algumas vezes irreparáveis, à população de Araranguá e dos 15 municípios que compõem o vale do Araranguá. E prejuízos irreparáveis porque se fala de saúde da sociedade e, inclusive, de óbitos de pessoas que têm morrido por falta de atendimento, ou de atendimento adequado, no Hospital de Araranguá.

Nós já tivemos neste ano a notícia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Deputado Sargento Amauri

Soares, se v.exa. me permitir, vou interrompê-lo para cumprimentar todo o pessoal da 17ª Festa Nacional do Pirão, de Barra Velha, que está presente, a rainha Andriele, a primeira princesa Mônica, a segunda princesa Cássia e também o presidente da Fundação de Turismo, de Barra Velha, Tiago Pinheiro.

Sejam todos bem-vindos nesta Casa do Povo.

Volto a palavra a v.exa. para que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente, quero também cumprimentar a comitativa de Barra Velha que está aqui divulgando a Festa do Pirão.

Voltando ao debate que estávamos fazendo anteriormente, o Hospital de Araranguá já foi entregue, neste ano, para uma organização social que, foi provado, tinha roubado mais de um milhão. Tinha desviado mais de um milhão do dinheiro público da sociedade catarinense, o qual tinha sido transferido para essa organização social, para que ela administrasse aquele hospital.

Agora, está sendo gerido por outra organização social, cuja sede é São Paulo, SPDM. Essa organização social tem atendido a metade da demanda que atendia anteriormente no Hospital Regional de Araranguá, cujos médicos, em alguns casos, vêm da cidade de São Paulo para atender à população de Araranguá. Ou seja, é a coisa mais irracional do mundo. O médico pega um avião em São Paulo, vai até Porto Alegre, pega um carro, vai até Araranguá, para atender à população de Araranguá.

Não tem nenhum cidadão que tenha referência com o povo de Araranguá, que tenha qualquer participação em gerência, possibilidade de ter uma informação do próprio hospital da cidade, através, ou a partir do pedido que faça a essa organização social, porque o pedido é encaminhado para São Paulo.

A própria Câmara Municipal e os vereadores trouxeram pediram uma informação ao Hospital de Araranguá que é financiado com dinheiro público do estado de Santa Catarina, R\$ 2,6 milhões por mês.

E a Câmara de Vereadores de Araranguá tem que mandar o documento para São Paulo, para alguém responder em São Paulo. Aliás, os vereadores são impedidos de entrar no hospital, se quiserem fazer uma vistoria, assim como a imprensa.

Então, o consenso dessa reunião da Câmara municipal de Araranguá e de todos os deputados que estiveram nessa reunião, inclusive os deputados Manoel Mota, Serafim Venzon e Jorge Teixeira, é de que não dá de o estado de Santa Catarina continuar fazendo contrato com organizações sociais que aparecem por aí, de forma aventureira, levando o dinheiro e deixando a população com um péssimo atendimento.

Muito obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, v.exa. já anunciou a comitiva da 17^a Festa Nacional do Pirão, de Barra Velha, que está aqui presente, anunciou a presença das soberanas, também do presidente da Fundação de Turismo, então, quero apenas complementar que também acompanha o vereador Adilson Madruga e a Juralice, coordenadora da Fundação de Turismo daquele município. Mais uma vez reforço o registro dessas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Nós agradecemos também ao deputado Neodi Saretta, por efetuar, em nome da Casa, a complementação das demais autoridades que fazem parte dessa comitiva.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vimos

hoje no site da Polícia Civil a divulgação por parte do delegado-geral da Polícia da proposta que o governo elaborou para os servidores da Segurança Pública no projeto de recuperação salarial, incluindo a Polícia Civil e todos os segmentos da segurança num patamar bem melhor de remuneração, de vencimentos, aos servidores da Segurança Pública.

Hoje, temos um grande problema na Segurança Pública, porque em alguns governos passados havia uma defasagem também grande na questão salarial dos profissionais.

Assim, foi instituída a hora extra que, na verdade, não foi como hora extra, apesar de que o policial sempre extrapola a carga normal de trabalho, muito mais do que qualquer servidor, conforme previsto no estatuto, a dedicação exclusiva de tempo integral. E os governos passados instituíram a hora extra.

Então, a hora extra na verdade nada mais é do que uma parte do salário dos servidores da Segurança Pública não como efetiva hora extra. E o grande problema que isso trouxe à grande maioria dos servidores da Segurança Pública é que, ao se aposentar ou quando havia algum problema de saúde ou até mesmo suas férias, o servidor da segurança, o policial civil, o policial militar perdia quase 40% dos seus vencimentos, deputado Taxista Voltolini.

Então, imaginem um servidor com 30 anos prestando serviços ao estado e quando chega a sua aposentadoria, a sua saúde debilitada, quando seria o momento de uma remuneração digna, há uma redução de 35% a 40% em seus salários.

Esse é um problema que enfrentamos, e estamos buscamos uma solução através do projeto de lei de recuperação salarial da Segurança Pública que deverá vir, na próxima semana, para a Assembleia Legislativa.

Gradativamente haverá a implantação desse projeto, num prazo de aproximadamente dois anos, e os salários, com todas as suas vantagens, hora extra, adicional noturno, enfim, serão transformados num vencimento único, num subsídio.

Com isso o policial, no final de carreira, principalmente, vai poder se aposentar sem ter uma grande perda salarial, como ocorre até hoje.

Então, é um dos grandes avanços. E parablenzo os sindicatos, a Adepol, os representantes, como a própria secretaria da Fazenda, o secretário Antônio Marcos Gavazzoni e o governador Raimundo Colombo pela determinação de corrigir essa distorção, claro que gradativamente, pois sabemos da questão financeira do estado.

Assim, com a publicação hoje se torna quase oficial a proposta governamental, quando encaminhada a esta Assembleia Legislativa em forma de projeto de lei, que deve ocorrer nos próximos dias. Isso não é o avanço total que as categorias queriam, mas é um grande avanço. É o maior avanço da história da instituição Segurança Pública, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Militar, do IGP, enfim, de todas as categorias.

Então, é muito importante essa discussão, esse projeto que o governo encaminhará à Assembleia Legislativa.

Quero abordar outro assunto hoje. Depois de uma carreira de mais de 30 anos na Polícia Civil, de ter passado por todos os cargos que um delegado pode ocupar na instituição, vemos o jornal *A Notícia* trazendo matérias especiais sobre o tráfico de drogas. O tráfico de drogas no banco dos réus. Essas matérias retratam situações verdadeiras que acompanhamos no dia a dia do tráfico das drogas. Assim entendemos que o governo precisa investir na prevenção ao uso das drogas.

O jornal traz três relatos. Primeiro de uma pessoa que se recuperou, que saiu das drogas. Vou colocar aqui as palavras desse ex-usuário de drogas: "Estou feliz, quero abrir meu próprio negócio, construir uma casa, ter estrutura para que a minha filha cresça e possa se orgulhar do seu pai". Essas são palavras de uma pessoa que abandonou o tráfico e o vício por amor à filha de dez meses.

Temos aqui o retrato de outro traficante e as suas palavras: "Não pense que vai viver no crime e ficar impune, porque não vai". Trata-se de um

homem de 40 anos que foi preso duas vezes por tráfico e cumpre pena na penitenciária industrial de Joinville.

Então, há o depoimento de uma pessoa que saiu das drogas, está se mantendo firme em razão da família, dos seus princípios. Sabemos que a fé em Deus, a crença, ajuda muito. O outro depoimento é de uma pessoa que foi presa, saiu, mas persistiu no tráfico de drogas e está novamente presa.

Sempre digo que quem se envolve com as drogas, com sorte, vai para a cadeia, porque o normal é a morte. Ele mesmo diz que depois que entrou para o tráfico perdeu a paz, porque tinha medo da Polícia e tinha medo de outros traficantes, porque há uma disputa de áreas, brigas.

Vejam que entre 2000 e 2010, em Florianópolis, houve em torno de mil homicídios. Isso é questão para um clamor social muito grande. E por que isso não acontecia? Porque desse número de mil homicídios, em torno de 50 estavam relacionados à questão de desavenças ou pessoas que perdem a cabeça, e os outros 950 eram fruto do tráfico de drogas.

No caso de homicídio por tráfico de drogas, os próprios familiares já dizem: "Nós sabíamos que isso iria acontecer". A família já esperava por aquilo. Então, infelizmente, o grande número de homicídios que temos registrado em Santa Catarina e no Brasil refere-se ao tráfico de drogas e à criminalidade que existe entre os envolvidos com isso.

Portanto, temos o relato de uma pessoa que saiu das drogas e quer persistir numa vida fora das drogas e de outra que saiu, continuou a traficar, voltou para a prisão e hoje viu que o seu caminho é a prisão ou morrer. Aí vemos o seu arrependimento. Há também um terceiro que há 20 anos utiliza drogas, acha que não consegue sair, porque já parou algumas vezes. Ele foi ouvido pelos jornalistas e disse a eles, no início da conversa, que não havia usado drogas durante a semana, mas depois, no final da conversa, contou que na noite anterior havia utilizado drogas. E ainda disse que sempre falava para a rapaziada

para não usarem drogas, para não entrarem nessa. Um homem com 39 anos, viciado em crack há 20 anos, com 1,92m de altura, com 66 quilos, porque a droga define a pessoa e acaba com a saúde de qualquer um. Um homem que já foi um profissional conceituado e hoje trabalha de caseiro. Segundo ele, o dinheiro que ganha usa para comprar a droga e não vê nenhuma perspectiva de vida.

Então, acho muito importante a reportagem que o jornal *A Notícia* faz sobre vidas marcadas pelas drogas e pela criminalidade.

Precisamos, através das escolas, da educação, dos trabalhos sociais, alertar e prevenir a nossa juventude para os problemas que causam esses vícios.

Em todos esses casos relatados a mãe é a mais sofredora, porque acredita que o filho vai se recuperar. Ela vai ao presídio e, muitas vezes, até tenta levar droga para o seu filho, porque acha que está ajudando. Então, são as mães, as famílias que mais sofrem com esse tipo de problema.

Quero parabenizar mais uma vez o jornal por essa série de reportagens. E que cada vez mais tenhamos mais pessoas envolvidas na prevenção, no combate, na orientação, sobre o uso das drogas.

Todas as drogas geram problemas, inclusive as que são vendidas legalmente, como o cigarro, bebida alcoólica, pois geram problemas para a saúde.

Quero registrar a presença do reitor da Udesc, que vai acompanhar a votação do projeto do novo plano de carreira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar também o reitor da Udesc e todos que estão

acompanhando, aqui, os trabalhos da Assembleia, para garantir a aprovação do projeto.

Eu queria falar sobre a CPI das Águas, inclusive tivemos uma importante audiência pública, mas vou usar esse tempo para tratar especificamente da questão dos agentes prisionais, aqui, em Santa Catarina.

Pelo visto, a pauta da Casa, hoje, é a segurança. E gostaria de agregar esse tema dos agentes prisionais, pois não é possível que o sistema possa prescindir desses profissionais.

Eu estive, com a comissão Mista Parlamentar de Combate à Violência em Santa Catarina, no presídio de São Pedro de Alcântara e percebemos a deficiência que é não poder contar com esses profissionais em um número minimamente razoável.

Recentemente, vários agentes prisionais fizeram concurso público e travam uma longa batalha jurídica para conseguir ter os seus cargos garantidos por nomeação.

No bojo da terceira onda de ataques que o estado de Santa Catarina viveu no começo deste ano, o governador do estado se comprometeu a trazer mais agentes prisionais. E insistimos que não era possível que isso se desse na forma de contratações temporárias, os ACTs, porque é uma área estratégica do estado. Inclusive, podemos ser surpreendidos por organizações de agentes criminosos colocando, sem concurso público, profissionais dentro dos presídios.

Reiteramos esse apelo ao governo que dizia que o problema estava no Judiciário. E a decisão foi construída dentro do Poder Judiciário, possibilitando, através de um esforço...

E quero deixar aqui registrar o empenho do desembargador João Henrique Blasi, de reunir todos os processos. Ele tinha uma disposição pessoal de contribuir e ver o caráter estratégico que têm os agentes prisionais. E é preciso dizer que vários deles exercem a profissão sob medida liminar.

Hoje, temos nas galerias da Casa, e aproveito para saudá-los, profissionais que passaram por concurso público, receberam formação de academia e, mais do que isso, têm decisão judicial

determinando sua contratação, que publicamente, é preciso que se diga, o governo do estado disse que assim que o Judiciário resolvesse iria contratar. Pois bem, o Judiciário resolveu, e eles estão esperando a nomeação e continuam a esperar. O governo do estado não nomeou nenhum agente prisional depois que teve decisão judicial favorável. Ele já podia contratar esses profissionais que passaram por concurso público, e muitos deles já fizeram academia.

Qual é a nossa preocupação? Embora no Poder Executivo aqui de Santa Catarina tenha andado muito lenta a nomeação, dizemos muito lenta por uma deferência poética, porque nem lento tem sido, mas completamente estagnada está essa nomeação, por outro lado, o governo tem agido com muita celeridade para fazer as contratações temporárias, tanto que no dia 9 de setembro já começam a academia dos contratados temporários.

Alguns casos, senhores, chamam a atenção. E quero destacar o espírito público de uma dessas pessoas aprovadas.

O Tribunal de Justiça estipulou para o governo do estado uma multa diária de R\$ 250,00 por dia. E se juntarmos durante 30 dias esse valor, dá quase três vezes o salário de um agente prisional, ou seja, estamos pagando sem usufruir desse trabalho.

Essa pessoa disse que sentia vergonha de fazer a execução dessa sentença, porque parece que está recebendo sem pagar.

Assim, aqui da tribuna reitero que não é uma questão de pagar ou não, mas de o governo do estado ser punido pela sua inércia, pois é o mesmo governo que disse que iria contratar os agentes prisionais. Não há óbice nenhum para o governo do estado contratar imediatamente quase 200 profissionais, dos quais desses vários já com decisão judicial e com a academia feita, depende apenas e exclusivamente de nomeação.

Portanto, o nosso apelo hoje ao governo do estado e particularmente para base do governo é que sensibilize o nosso governador para que faça essas contratações, pois aqui se comprometeu publicamente. E é preciso relembrar o início deste

ano, porque há uma necessidade absoluta nas nossas unidades prisionais dessas contratações.

Quando estive no presídio de São Pedro de Alcântara, vi que sequer dispõem de Raios-X, que não tem condições de trabalho. E esse povo fez concurso para trabalhar, fez academia. Portanto, precisamos que o governador os contrate imediatamente, como determina inclusive a decisão judicial, para que possamos ter um estado de segurança em Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria, em nome do Partido dos Trabalhadores, de trazer presente muitos assuntos, deputado Neodi Saretta. Um deles é que tive a oportunidade, no dia de ontem, de estar presente no município de Abdon Batista, onde existe uma população muito grande de pessoas, de famílias totalmente desprovidas e, por que não dizer, abandonadas, no que trata da construção da hidroelétrica no rio Canoas. Tive a oportunidade de acompanhar na tarde de ontem, através de uma assembleia realizada por mais de 400 pessoas que enfrentam neste momento uma realidade muito triste e muito dura.

A hidrelétrica Garibaldi, construída sobre o rio Canoas, atingiu mais de 1.330 famílias, entre elas proprietários, meeiros, arrendatários, diaristas, que viviam da atividade da agricultura ao longo do leito do rio Canoas. E por motivo que até impressionam, a Empresa Triunfo erra no cálculo do tamanho da dimensão da barragem. E erra nada mais nada menos do que cinco metros. Imaginem v.exas., parlamentares, povo que nos acompanha, tendo erro de cálculo de cinco metros, que avanço que tem no leito do rio.

Encontrei uma realidade muito dura, em que as estradas feitas recentemente pela empresa, para locomover as famílias, estão submersas. A rede elétrica, mudada pela Celesc, está embaixo d'água. As casas estão ilhadas, as famílias estão sem poder se locomover de um lado para outro. Até as roças de milho não permitem que os proprietários retirem o produto já pronto, porque a água veio imediatamente, e até os pinheiros estão totalmente submersos.

Portanto, é uma realidade cruel, injusta. E infelizmente percebemos que não há coração, não há sentimento humano por parte dos donos da empresa Triunfo. E o Ministério Público, da mesma forma, também ignora a realidade enfrentada por aquelas famílias.

Vivemos um caos. São famílias totalmente atordoadas, vivendo uma situação de depressão, de aborrecimento, de tristeza, diante da situação que estão enfrentando e vivendo.

Fiz contato, agora, ao meio-dia, com o dr. Marcelo, do Ministério Público Federal, para imediatamente tomar providências, porque não podemos mais permitir uma realidade como esta, de famílias vivendo essa realidade cruel. Além de expropriar as famílias, elas não têm nenhuma garantia de direitos, então, é preciso que se tomem providências.

A Fatma permitiu a licença para que fosse feito o lago com dimensões enormes de crimes ambientais, mas agora fecha os olhos, fecha a consciência e permite injustiças desse tamanho com aquelas famílias.

Não podemos permitir isso! É preciso imediatamente que tomem providências.

Estão lá inúmeras famílias acampadas. E vejam: se erram um cálculo de cinco metros no alagamento da barragem, qual é a confiabilidade que vamos dar a essa barragem? Quem erra um cálculo desses, pode errar também no cálculo, na formação, na fundamentação daquela barragem. E de repente, amanhã ou depois, pode estourar a barragem, alagar e matar milhares de pessoas.

Ainda bem que o dr. Marcelo, do Ministério Público Federal, garantiu que imediatamente tomará iniciativas e encaminhará uma equipe técnica para averiguar in loco a situação e tomar providências.

Estarei acompanhando de perto essa triste realidade. E esperamos que possa buscar soluções e que se possa pelo menos amenizar a realidade e a vida enfrentada por aquelas famílias.

Fora esse fato lamentável e triste, que causa indignação a todo ser humano, a todas as pessoas que têm consciência, que têm dignidade, gostaria de fazer o registro de que o governo federal, através da presidente Dilma Rousseff, tem liberado para o estado de Santa Catarina R\$ 1 bilhão para o combate às cheias. Essa é uma notícia extremamente positiva, boa, para o nosso estado, no encontro entre o governador do nosso estado, Raimundo Colombo, com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho.

Então, ficou consolidado que 50% correspondente a R\$ 1 bilhão e 50% de outro R\$ 1 bilhão dos cofres do estado estarão sendo investidos exatamente nos próximos dois anos, três anos ao combate às cheias, no nosso estado.

Outra notícia também extremamente positiva e importante é o governo federal, através da presidente Dilma Rousseff, ter anunciado, em Minas Gerais, no município de São João Del Rei, um aporte R\$ 1.600,00 bilhão para cidades históricas do nosso país.

Foram contemplados os municípios de Florianópolis e Laguna, com o montante de R\$ 38.500,00 milhões, sendo que Florianópolis receberá R\$ 19.700,00 milhões e Laguna R\$ 18.800,00 milhões, exatamente para fazer alguns trabalhos de requalificação, restauração, de vários patrimônios históricos desses dois municípios.

Portanto, é um investimento extremamente importante e ao mesmo tempo também certamente ajudará a esses dois municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho à tribuna, no dia de hoje, para falar sobre a preocupação dos estados do sul, incluindo também Rio Grande do Sul e Paraná, que no último encontro do Codesul trataram da situação de energia, mais precisamente do gás natural.

Algumas empresas catarinenses, inclusive da minha região, São Bento do Sul, estão-se deslocando para o nordeste brasileiro em função da capacidade de gás que é fornecido pela SCGás, que tem, por sua vez, um contrato com a Petrobras. E, automaticamente, esse gás que vai para o sul, para Santa Catarina, entre outros estados, é o gás que vem da Bolívia, sr. presidente, e a capacidade desse gasoduto está no seu limite. Portanto, com isso, empresas estão deixando o sul, o nosso estado, e indo para o nordeste. Além de outras razões, um fator é esse limite que está praticamente comprometido.

Vejam que isso é preocupante e tanto o governador de Santa Catarina quanto os governadores do Rio Grande do Sul e do Paraná estão pleiteando esse aumento do fornecimento do gás natural já há dois anos. E o próprio presidente da SCGás afirma isso.

E o que aconteceu nos últimos anos? O governo fez algumas alterações, as empresas iniciaram a sua produção, deputado Taxista Voltolini, consumindo energia, mas que depois foi substituída pelo óleo diesel. Depois houve a crise do petróleo e o governo incentivou o uso do gás natural. E agora não há gás natural suficiente para o momento e para o futuro. Tanto é que há 60 pedidos de indústrias que já solicitaram aumento do gás para projetos futuros. Não vou citar aqui o nome de cada uma, mas são várias indústrias que estão solicitando o aumento do gás natural por conta de

ampliar o seu parque fabril dentro do estado. E o que estamos percebendo é que não há, a curto prazo, algum estudo que crie alguma perspectiva de que o gás natural para Santa Catarina venha a contemplar, mesmo a médio prazo... E fala-se que a longo prazo é que poderá ser suprido o problema.

Portanto, é um tema relevante, preocupante, porque a indústria, não só pelo fato de gerar empregos, de gerar renda, de criar oportunidades, é uma alavanca, ou seja, uma locomotiva de outras atividades que oportunizam serviços, comércio e várias atividades, inclusive o próprio turismo, pela venda de produtos ofertados.

Ora, se não produzirmos em Santa Catarina, outros estados, outras regiões, poderão atrair essas empresas, os seus futuros negócios, por conta dessa ausência, ou seja, dessa falta de energia que é o gás natural, que além de ser menos poluente tem um custo menor. E todas essas empresas que aderiram ao gás natural, que foi incentivado na época, e certamente que foi bom, e que é bom, ao mesmo tempo sofreram um processo de transformação, dentro do seu parque fabril, dentro das suas indústrias, para conseguir utilizar o gás.

Então, seria lamentável, se não houver a celeridade das decisões, por parte da Petrobras, de não aumentar a distribuição para o sul do Brasil, em especial para Santa Catarina que tem a sua economia, grande parte da sua economia, fundamentada na indústria e com uma indústria muito diversificada.

Então, o setor, tanto cerâmico como de fabricação de aço e tantas outras empresas que utilizam o gás natural, optou por essa energia, por várias razões, e agora está nessa dificuldade, com essa preocupação.

Vão continuar investindo? Onde investir? Vão continuar em Santa Catarina? Se evidentemente não se estender ou houver morosidade para que a Petrobras tome a decisão de aumentar a distribuição para Santa Catarina, poderemos perder grandes investimentos no estado, automaticamente estamos perdendo oportunidades de empregos,

oportunidades de renda, agregação de valor de um modo geral, inclusive com aumento de receita de impostos. E evidentemente que isso traz efeitos não só econômicos mas também sociais para os catarinenses.

É válida a preocupação, o encontro, a reunião, tanto dos governadores quanto da participação principalmente da Fiesc e da SCGás, numa ação forte junto ao governo federal, para que tomem essa decisão em favor da população catarinense, em favor da sociedade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não há mais interessados em fazer uso da palavra.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao ofício n. 0099/2012, de entidade social, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0224/2013.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, gostaria de fazer um apelo aos demais colegas que estivessem presentes para a votação do projeto de lei da Udesc, pois precisamos de 21 votos em plenário.

Então, se v.exa. fizesse um apelo para que os deputados que estão na Casa pudessem comparecer, seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicitamos a todos os parlamentares que estão em seus gabinetes que compareçam ao plenário para a votação, pois temos matérias que dependem de quórum qualificado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0115/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0192/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0229/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0308/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Muito obrigado, deputado Romildo Titon. Como temos um projeto que necessita de maioria absoluta para votar e ainda não são 16h, sugeriria a v.exa. que tão logo termine esses projetos que podem ser votados agora fosse suspensa a Ordem do Dia, para que os deputados cheguem a plenário às 16h, para que possamos votar o projeto da Udesc.

Então, é uma sugestão que faço a v.exa., para que possamos proceder dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Atendido o seu pedido, deputado Gelson Merisio, vamos proceder a essas votações e, posteriormente, fazemos a suspensão.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0045/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia Moacir Coradi o trecho da rodovia SC-355, compreendido entre o município de Jaborá e a BR-153.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0098/2013, do deputado Pedro Baldissera, que institui a Semana Estadual de Cidadania, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0107/2013, de autoria da bancada do PMDB, que cria a Semana Estadual de Mobilidade Urbana.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0125/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia Francisco Arcanjo Grillo o trecho da rodovia SC-402, compreendido entre o trecho de entroncamento da SC-402 e o Balneário Daniela, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0177/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os municípios de Ipumirim e Xavantina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, da de Finanças e Tributação e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0255/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o município de Imbuia ao entroncamento com a rodovia SC-350.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há o requerimento do deputado Gelson Merisio, para que seja suspensa a sessão por 15 minutos, a fim de que os deputados possam comparecer ao plenário, para termos quórum qualificado na deliberação das demais matérias.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito Raul Ribas, de Matos Costa, e do secretário de Esportes do município, que nos visitam no dia de hoje, desejando-lhes boas-vindas.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a preocupação de todos nós era ter quórum, e nesse meio tempo o quórum se fez. Peço para confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito aos srs. parlamentares que façam o registro da presença no painel eletrônico.

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	presente
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	presente
DEPUTADO ARNALDO MORAES	presente
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	presente
DEPUTADO CIRO ROZA	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	presente
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	presente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	presente
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	presente
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	presente
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	presente
DEPUTADO VALMIR COMINN	presente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	presente

Há quórum para deliberação das matérias.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0028/2013, de autoria governamental, que altera a Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO ARNALDO MORAES	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

A matéria está aprovada.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, extraordinária, para as 15h57.

Esta encerrada a sessão.